

DECRETO No. 1.531, DE 29 DE MAIO DE 1978 (7)

1868/80 e 2000/81 Aprova o Regulamento do Instituto de Avaliação de Imóveis do Estado de Goiás - INAI. (4)

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais, tendo em vista o que consta do processo no. 3.05-00068/78 e, nos termos do disposto na Lei no. 7.768, de 20 de novembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1o. — Fica aprovado o Regulamento do Instituto de Avaliação de Imóveis do Estado de Goiás — INAI, que com este baixa.

Art. 2o. — Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, Goiânia, 29 de maio de 1978, 90o. da República.

IRAPUAN COSTA JÚNIOR

René Pompeo de Pina

Humberto Leal de Almeida
(DO de 11-8 e 29-8-78)

REGULAMENTO DO

INSTITUTO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DO ESTADO DE GOIÁS - INAI

TÍTULO I

Das características e finalidades

CAPÍTULO I

Das características

Art. 1o. — O Instituto de Avaliação de Imóveis do Estado de Goiás - INAI é autarquia jurisdicionada à Secretaria da Fazenda, resultante da transformação da Bolsa Oficial de Imóveis do Estado, por força da Lei no. 7.768, de 20 de novembro de 1973, com sede e foro em Goiânia, e ação em todo o território estadual.

Parágrafo único — O INAI poderá instituir agências e designar representantes nos municípios do Estado.

dispos

CAPÍTULO II Das Finalidades

Art. 2o. — O INAI tem por finalidade específica proceder à avaliação de imóveis, para fins de cobrança do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos e de alienação, aquisição ou desapropriação de imóveis que o Estado pretenda realizar.

Parágrafo único — Excluem-se da avaliação pelo INAI os imóveis que o Estado pretender alienar mediante concorrência pública.

Art. 3o. — O INAI poderá celebrar convênios, acordos e ajustes com entidades de direito público e privado, desde que necessários ao cumprimento de suas finalidades, mediante prévia audiência do Secretário da Fazenda.

TÍTULO II Da Estrutura e Organização

CAPÍTULO I

Art. 4o. — O Instituto de Avaliação de Imóveis do Estado de Goiás - INAI é constituído da seguinte estrutura:

- DIRETORIA:

Diretor Geral

Diretor da Divisão Administrativa

Diretor da Divisão de Avaliação

Art. 5o. — São órgãos integrantes do Gabinete do Diretor Geral:

I - Chefia de Gabinete

II - Relações Públicas

III - Recepção

IV - Assessoria Jurídica

V - Assessoria Administrativa

VI - Inspetoria Geral dos Serviços

VII - Serviço de Estatística Geral

Art. 6o. — A Divisão Administrativa é constituída das seguintes seções:

I - Seção de Serviços Gerais

II - Seção de Contabilidade

Art. 7o. — A Divisão de Avaliação compõe-se das seguintes seções:

I - Seção de Avaliação

II - Seção de Pesquisa e Coleta de Dados

III - Seção de Orientação e Fiscalização

Art. 8o. — Mediante ato do Diretor Geral do INAI, os órgãos e seções constantes dos artigos 5o., 6o. e 7o. deste Regulamento poderão ser subdivididos ou desdobrados em serviços e setores, de hierarquia imediatamente inferior.

CAPÍTULO II
Da Administração

Seção I
Da Composição

f) Atuada pelos dados da Seção I 1868/80 e 2.267/83
Art. 9o. — O INAI será administrado por um Diretor Geral, um Diretor da Divisão Administrativa e um Diretor da Divisão de Avaliação, sendo o primeiro de livre escolha do Governador do Estado e os demais nomeados por indicação do Diretor Geral(2)

§ 1o. — O Diretor da Divisão de Avaliação será indicado dentre os Avaliadores que contém um mínimo de 3 (três) anos de experiência no Instituto;

§ 2o. — O Chefe da Seção de Avaliação será escolhido entre os servidores que contém um mínimo de 2 (dois) anos de experiência na Autarquia.

Os §§ 1º e 2º foram suprimidos pelo Decreto 1868/80 e aprovados pelo Decreto 2.267, de 15-7-83
Seção II

Art. 10 — Compete à Diretoria:

I - cumprir e fazer cumprir o Regulamento do INAI, as leis, os decretos e as normas regimentais do Instituto;

II - aprovar os planos anuais de trabalho do INAI;

III - autorizar a aquisição e alienação de imóveis, observados os requisitos legais;

IV - responsabilizar-se pelo patrimônio do INAI e zelar pela sua conservação;

V - coordenar e supervisionar as atividades do INAI, inclusive as resultantes de convênios, acordos e ajustes firmados com entidades de direito público e privado;

VI - supervisionar a elaboração do orçamento geral;

VII - aprovar o relatório anual de atividades da autarquia, para ser remetido até o último dia do mês de fevereiro do exercício seguinte à apreciação do Secretário da Fazenda;

VIII - aprovar o Balanço anual do INAI, para ser submetido à apreciação do Tribunal de Contas do Estado;

IX - exercer outras atividades que, por sua natureza, lhe forem inerentes.

Seção III
Das Reuniões da Diretoria

Art. 11 — A Diretoria do INAI se reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do Diretor Geral ou proposta dos Diretores da Divisão Administrativa e da Divisão de Avaliação, porém, sempre sob a presidência do primeiro.

Art. 12 — Os assuntos tratados serão registrados em ata e as deliberações, se for o caso, tomadas sobre a forma de Resoluções e baixadas diretamente por Portarias do Diretor Geral.

Art. 13 — Qualquer dos Diretores, se o assim o entender, poderá solicitar a transcrição em ata do inteiro teor do voto que proferir.

Art. 14 — As Resoluções tomadas, desde que não conflitantes com a legislação de ordem pública ou específica, obrigam a todos indistintamente.

Art. 15 — Para secretariar as reuniões da Diretoria será convocado pelo Diretor Geral funcionário do Gabinete ou de qualquer órgão do Instituto, a seu juízo exclusivo.

CAPÍTULO III

~~Da Competência~~

Da Competência

Seção I

Da Competência dos Diretores

Art. 16 — Além da competência colegiada da Diretoria, descrita no artigo 10 deste Regulamento, compete a cada Diretor os seguintes encargos:

Ao Diretor Geral:

I - firmar atos que importem na aquisição ou alienação de imóveis, mediante prévia autorização da Diretoria;

II - representar o INAI, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em suas relações com terceiros e com os poderes públicos, podendo, para tais fins, delegar poderes a qualquer dos Diretores e constituir, juntamente com outro membro da Diretoria, procuradores ou advogados;

III - assinar convênios, contratos, acordos e ajustes com entidades públicas ou privadas;

IV - baixar normas disciplinando o sistema de trabalho da autarquia;

V - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

VI - Executar e fazer executar as Resoluções da Diretoria e os atos emanados do Chefe do Poder Executivo Estadual;

VII - submeter à apreciação do Secretário da Fazenda os atos que dependam de sua homologação;

VIII - designar qualquer dos Diretores para o substituir em seus afastamentos e impedimentos legais ou eventuais; (o)

X - aprovar e fazer executar o regimento interno do INAI, bem como as instruções relativas ao seu funcionamento;

XI - criar, transformar, desdobrar e extinguir serviços e setores de serviços do INAI;

XII - propor ao Governador do Estado a criação e a extinção de cargos ou funções no INAI;

XIII - autorizar, observadas as normas legais, a aquisição de materiais, equipamentos, aparelhos e veículos, necessários aos serviços, instalações e transportes da autarquia;

XIV - autorizar ou dispensar licitações, observadas as normas legais, homologá-las ou anulá-las;

XV - admitir servidores, remanejá-los, bem como designar os chefes de seções, observadas as normas legais em vigor e as determinações do Governador do Estado;

XVI - conceder vantagens a que fizerem jus os servidores;

XVII - elogiar os servidores e aplicar-lhes penas disciplinares, propor sua exoneração ou dispensá-los, quando for o caso;

XVIII - rescindir contratos de trabalho e declarar vagos cargos e funções, exceto quando decorrente de aposentadoria;

XIX - homologar, com o Diretor da Divisão de Avaliação, as avaliações de efeitos não tributáveis e as decorrentes de impugnações ou reclamações apresentadas por funcionários arrecadadores do ITBI e de direitos a eles relativos, considerados inferiores ao valor venal;

XX - submeter à apreciação do Tribunal de Contas do Estado a prestação de contas anual, aprovada pela Diretoria;

XXI - contratar, eventualmente, os serviços de técnicos nas áreas jurídica e de engenharia;

XXII - aprovar a pauta de valores básicos de bens imóveis, para efeito de avaliação, elaborada pela Divisão de Avaliação;

XXIII - estabelecer prazos aos Diretores e Chefes de Seção e Serviços para o cumprimento de atos de sua competência;

XXIV - autorizar o pagamento de despesas, observadas as cautelas legais;

XXV - designar Comissão de Licitação composta de servidores do INAI e ou de servidores da administração centralizada ou descentralizada;

XXVI - exercer outras atividades que, por sua natureza, lhe forem inerentes.

Seção II

Do Diretor da Divisão Administrativa

Art. 17 — Ao Diretor da Divisão Administrativa compete:

I - preparar o expediente relacionado com as atividades burocráticas de interesse dos servidores do INAI;

II - providenciar a realização de concursos para admissão de pessoal necessário ao funcionamento da autarquia quando autorizados pelo Diretor Geral;

III - promover cursos de aperfeiçoamento do pessoal do INAI, mediante prévia autorização do Diretor Geral;

IV - manter, pelo serviço próprio, controle e registro da vida funcional de cada servidor do Instituto;

V - supervisionar e fiscalizar o serviço de transporte da autarquia;

VI - coordenar as atividades inerentes ao serviço de protocolo, portaria e arquivo;

VII - manter arquivo atualizado da legislação relativa ao Instituto e concernente aos seus funcionários e servidores;

VIII - proceder ao tombamento, registro e controle dos bens do INAI, zelando pela sua conservação;

IX - fiscalizar e controlar o uso e consumo de material;

X - organizar a escala de férias do pessoal da Divisão e submetê-la à aprovação do Diretor Geral;

XI - supervisionar os serviços de Segurança, Mordomia e limpeza, fiscalizando-os diretamente ou por intermédio dos órgãos próprios;

XII - aplicar penas disciplinares, quando de sua competência, e propor elogios aos servidores da Divisão;

XIII - levar ao conhecimento do Diretor Geral, mediante representação escrita, fatos que repute irregularidades na administração do INAI e solicitar investigação sumária ou a instauração de processo administrativo;

XIV - exercer outras atividades que lhe forem inerentes pela natureza do cargo ou quando atribuídas pelo Diretor Geral.

Seção III

Do Diretor da Divisão de Avaliação

Art. 18 — Ao Diretor da Divisão de Avaliação compete:

I - preparar o expediente relacionado com as atividades específicas do INAI;

II - proceder, pelos serviços próprios, à avaliação de imóveis para fins de cobrança do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos, e de alienação, aquisição ou desapropriação de imóveis que o Estado pretenda realizar, excetuadas as alienações objeto de concorrência pública.

III - fazer realizar pesquisas e coleta de dados em todo o território do Estado, com a participação do chefe da Agenfa, visando a elaboração da PAUTA DE VALORES BÁSICOS das propriedades rurais e a obter o valor venal de outros bens imóveis;

IV - elaborar, periodicamente, mapas estatísticos, com base nos documentos de avaliação;

V - organizar a escala de trabalho dos servidores da Divisão;

VI - aprovar mapas estatísticos de produtividade;

VII - elaborar a escala de férias dos servidores da Divisão e submetê-la à aprovação do Diretor Geral;

VIII - aplicar penas disciplinares, quando de sua competência, e propor elogios aos servidores da Divisão;

IX - manter atualizados os instrumentos de consulta obrigatória necessários à avaliação, especialmente a PAUTA DE VALORES BÁSICOS, o Serviço de Cadastro e outros fornecidos pela Seção de Pesquisa e Coleta de Dados;

X - manter organizada e catalogada toda a legislação federal e estadual relativas a terras e sua comercialização;

XI - exercer outras atividades que lhe forem inerentes, pela natureza do cargo, ou quando atribuídas pelo Diretor Geral.

CAPÍTULO IV

Dos órgãos do Gabinete

Art. 19 — Os órgãos integrantes do Gabinete constituem-se instrumentos de apoio e assistência ao Diretor Geral, sob a orientação de um Chefe, exercendo suas atividades em tempo integral e segundo atribuições próprias e definidas pelo Regimento Interno.

Parágrafo único — Os Diretores de Divisão, sempre que necessário, solicitarão a assistência dos órgãos do Gabinete por intermédio do Diretor Geral.

Seção I Da Chefia de Gabinete

Art. 20 — Ao Chefe de Gabinete, escolhido preferencialmente entre os servidores de nível universitário ou de reconhecida experiência, e estrita confiança do Diretor Geral, compete as seguintes e principais atribuições:

- I - coordenar as atividades de todos os órgãos do Gabinete;
- II - coordenar os assuntos de interesse das partes e encaminhá-los ao Diretor Geral ou ao Diretor a que estiver afeta a matéria;
- III - preparar a correspondência, despachos, portarias, atos, avisos, circulares, ordens e instruções do Diretor Geral;
- IV - receber, distribuir e encaminhar o expediente do INAI, exceto correspondência dirigida nominalmente a qualquer dos Diretores;
- V - receber, distribuir, executar e fazer executar os trabalhos de sua competência e dos órgãos do Gabinete;
- VI - preparar a pauta dos trabalhos para as reuniões da Diretoria e o expediente que deva ser objeto de decisão exclusiva do Diretor Geral;
- VII - regular as audiências e prestar às partes, sempre que possível, as informações solicitadas, ou encaminhá-las ao Diretor a que estiver afeta a matéria;
- VIII - transmitir ordens e instruções de serviços;
- IX - participar dos trabalhos dos órgãos de assessoramento;
- X - exercer as atividades próprias dos órgãos de Relações Públicas, da Assessoria Jurídica e Administrativa, na eventual ausência dos titulares;
- XI - acompanhar o Diretor Geral, quando solicitado, nas reuniões ou solenidades de julgar necessária a sua presença;
- XII - manter ordenados e arquivados por assuntos, os atos emanados da Diretoria do Diretor Geral.

Parágrafo único — No desempenho das múltiplas tarefas dos órgãos do Gabinete, poderá a Chefia requisitar ao Diretor Geral secretária-datilógrafa e servidores em número estritamente indispensáveis à execução dos serviços.

Seção II Dos órgãos Técnicos do Gabinete

Art. 21 — Os órgãos técnicos do Gabinete, constituídos da Assessoria Jurídica, da Assessoria Administrativa, Inspeção Geral dos Serviços e Serviço de Estatística Geral, exercerão suas atividades específicas, sob a coordenação do Chefe de Gabinete, sem prejuízo, porém, de suas convicções jurídicas e técnicas, e se obrigam pelos seguintes encargos:

- I - Assessoramento jurídico e administrativo do Diretor Geral e dos Diretores da Diretoria, Seções e Serviços;
- II - manifestar-se em processos ou assuntos de sua competência, mediante pronunciamento escrito e conclusivo;
- III - sugerir ao Diretor Geral e aos demais Diretores providências jurídicas indispen-

sáveis à defesa dos interesses do Instituto e ao aprimoramento dos serviços;

IV - manter devidamente ordenada a legislação relativa ao Instituto e aos seus servidores;

V - organizar e manter ordenada biblioteca necessária às atividades do INAI, inclusive legislação codificada e especializada sobre terras e Direito Tributário;

VI - manter atualizado mapa de estatística geral sobre as atividades da autarquia;

VII - exercer ativa fiscalização sobre a execução dos serviços das Seções e setores, quer da Capital ou do interior do Estado, e dela apresentando relatório quinzenal ao Diretor Geral.

Parágrafo único — As atribuições dos órgãos do Gabinete, além das já descritas, serão previstas no Regimento Interno.

CAPÍTULO V

Da Tesouraria e dos Chefes de Seções

Seção I

Da Tesouraria

Art. 22 — A Tesouraria, provida por indicação do Diretor Geral, exercerá as seguintes atribuições, além de outras que forem inerentes e descritas no Regimento Interno:

I - registrar e controlar a entrada e saída de numerários;

II - conferir e controlar os saldos bancários mediante o confronto dos extratos de contas com as guias de recolhimento diário da capital, as remetidas pelos Avaliadores Auxiliares e as ordens de pagamento;

III - receber e conferir as remessas feitas diretamente do interior do Estado ou remetidas por intermédio de malotes da Secretaria da Fazenda;

IV - assinar com a autoridade competente as ordens de pagamento ou de transferência;

V - colaborar com o Serviço de Tomada de Contas e de Controle da Arrecadação por ocasião da prestação de contas dos Avaliadores Auxiliares;

VI - exercitar outras atividades de controle de entrada e saída de numerário, inerentes à Tesouraria, mediante designação do Diretor Geral.

Seção II

Dos Chefes de Seção

Art. 23 — Os Chefes de Seção, além das atividades inerentes ao cargo, terão atribuições previstas e definidas no regimento interno.

CAPÍTULO VI

Da Lotação

SEÇÃO ÚNICA

Art. 24 — Os avaliadores de imóveis serão lotados na Capital do Estado, podendo ser designados para prestação de serviços nos demais municípios por período igual ao exigido para a realização dessas tarefas e nunca superior a 90 (noventa) dias em cada exercício.

Parágrafo único — Nas situações de que trata este artigo é assegurado o direito à percepção de diárias e à remuneração alcançada no mês anterior ao da designação.

Ver o art. 1º item II do Decreto no 2397/84. Duração de 30%.

CAPÍTULO VII
Seção Única

Art. 25 — Os servidores do INAI perceberão o salário previsto em seu quadro próprio e outras vantagens atribuídas aos servidores das demais autarquias.

Art. 26 — Passa a integrar o GRUPO OCUPACIONAL Atividades Gerais de Inspeção, constante do Anexo XIV do Decreto no. 100, de 17 de maio de 1968, com modificações posteriores, a Classe única de Adjunto de Avaliador, identificada pelo código G.102.00.3.1-8, com o quantitativo de 12 (doze).

Parágrafo único — Ficam acrescidos de 4 (quatro) e 5 (cinco), respectivamente, os quantitativos dos cargos de Avaliador, TP.102.00.1.1-7, do Grupo Ocupacional-Atividades Especiais de Avaliação, "a", e Avaliador Auxiliar, IC-24, alínea "c", integrantes do Anexo de que trata este artigo.

Art. 27 — Os Avaliadores de Imóveis, além do salário e das vantagens previstas no quadro, perceberão gratificação de produtividade. (*)

§ 1o. — A gratificação de produtividade será calculada de acordo com as normas e os critérios estabelecidos pela Diretoria do INAI.

§ 2o. — Os Avaliadores nomeados para a Diretoria do INAI ou em substituição a qualquer dos Diretores perceberão remuneração correspondente ao teto permitido em lei.

§ 3o. — Aos servidores de que trata o parágrafo anterior, designados para Chefia de Seções e Serviços do INAI, será atribuída a média da gratificação de produtividade obtida pelos ocupantes do mesmo cargo.

§ 4o. — O total da remuneração mensal que for devida aos Avaliadores de Imóveis não poderá ultrapassar ao teto máximo estabelecido em lei, sem prejuízo das vantagens pessoais a que tiverem direito, bem como Gratificação de Representação.

§ 5o. — Os Avaliadores-Auxiliares e os Pesquisadores, além do salário previsto no quadro de pessoal do INAI, terão direito a uma parte variável fixada pela Diretoria.

§ 6o. — A vantagem de que trata o parágrafo 5o., somada ao respectivo salário poderá atingir, mensalmente, até 13 (treze) vezes o valor do salário-mínimo estabelecido para a Capital do Estado.

§ 7o. — Os titulares dos cargos de Inspetor de Serviços, Engenheiro e Adjunto de Avaliador, do quadro de pessoal do INAI, perceberão, além do salário fixo, uma

(*) Ver o Decreto no. 1.581/78, que estabelece critério para a fixação de remunerações que especifica e dá outras providências.

Revisado o seu art. 1º pelo Decreto no 2394

gratificação de produtividade calculada conforme normas e critérios propostos pelo Diretor Geral e aprovados pela Diretoria, e que não poderá ultrapassar o limite máximo remuneração percebida pelo Avaliador, com referência aos dois primeiros cargos e, com referência ao último, limitada a 90% (noventa por cento) da remuneração mensal atribuída ao cargo de Avaliador.

§ 8o. — Os ocupantes dos cargos de Inspetor Auxiliar constantes do Anexo X do Decreto no. 100/68, conforme redação dada pelo Decreto no. 1.305, de 5 de outubro de 1977, perceberão além do salário fixo, uma gratificação de produtividade, na forma que for estabelecida pela Diretoria e que poderá atingir até o limite máximo de 80% (oitenta por cento) da remuneração mensal do Inspetor de Serviços.

Art. 28 — Os Avaliadores-Auxiliares terão exercício exclusivamente no interior do Estado, vedada a prestação de serviços em órgãos estranhos aos de sua lotação, ressalvados os casos de serviços relevantes, podendo, porém, serem transferidos de um para outro município, a juízo do Diretor Geral, sem prejuízo da remuneração percebida na localização de origem, conforme média apurada dos últimos 3 (três) meses anteriores à remoção.

Art. 29 — Aos Avaliadores do Instituto de Avaliação de Imóveis do Estado de Goiás - INAI, colocados à disposição da Governadoria do Estado e da Secretaria do Governo, fica assegurada, a partir de 1o. de janeiro do corrente ano, a remuneração no limite previsto pelo artigo 25 do Decreto no. 830, de 20 de fevereiro de 1976. *Rev. red. 10/76*

Art. 30 — Os Avaliadores e Agentes Arrecadadores poderão ser mutuamente requisitados pela Secretaria da Fazenda e pelo Instituto de Avaliação de Imóveis do Estado de Goiás — INAI, correndo o ônus da remuneração por qualquer dos órgãos requisitantes a juízo dos respectivos titulares. *Rev. 8/76 f. 7*

CAPÍTULO VIII

Da Receita, Avaliação e Emolumentos

Seção I

Art. 31 — Constituem Receitas do INAI:

- I - taxas e emolumentos
- II - auxílios e subvenções oriundos dos poderes públicos
- III - doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas
- IV - operações de crédito
- V - juros de depósitos bancários
- VI - legados, e
- VII - outras vendas eventuais.

Art. 32 — O "superavit" financeiro da execução orçamentária, deduzido o percentual previsto na Lei no. 8.279, de 27 de julho de 1977, constituirá fundo de reserva cuja destinação será estabelecida por Resolução da Diretoria do INAI.

Parágrafo único — Atendendo aos níveis de remuneração dos servidores do INAI, a Diretoria reservará sempre parcela do superavit líquido previsto neste artigo, para concessão de Bolsas de Estudos aos servidores, ativos e inativos, esposas e filhos que estejam cursando estabelecimentos de ensino de 2o. Grau e de Grau Universitário, mediante comprovação de matrícula e frequência regular.

Art. 33 — O regimento interno estabelecerá as normas de controle da receita do INAI.

Seção II
Da Avaliação (1)

Art. 34 — O pagamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos depende de prévia avaliação pelo INAI do bem imóvel objeto da transação.

§ 1o. — Nas avaliações judiciais, o representante legal da Fazenda Estadual solicitará o laudo de avaliação do INAI que deverá ser oferecido no prazo fixado pela autoridade judicial;

§ 2o. — Para os fins do disposto no artigo 152 da Lei no. 7.730, de 30 de outubro de 1973 - Código Tributário do Estado de Goiás, o representante da Fazenda Pública deverá solicitar, tempestivamente, o laudo de avaliação do Instituto de Avaliação de Imóveis do Estado de Goiás - INAI.

Art. 35 — A avaliação deverá basear-se em estudos, pesquisas e levantamentos do bem imóvel a ela referente, de modo que corresponda a seu efetivo valor venal.

Parágrafo único — É vedado o oferecimento de laudo de avaliação de imóvel com enfeitorias sem que se procedam aos necessários exames "in loco".

Art. 36 — São objetos de avaliação pelo INAI, ainda que isentos ou imunes do imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos, os imóveis que o Estado pretenda alienar, adquirir ou desapropriar, excetuadas as alienações objeto de concorrência pública.

Parágrafo único — A avaliação de que trata este artigo, será feita por uma comissão composta de 3 (três) Avaliadores designados pelo Diretor Geral.

Art. 37 — Nas locações em que o Estado, suas Autarquias, Fundações, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas figurarem como locatários, é obrigatória a avaliação do imóvel pelo INAI que oferecerá, também, o seu valor locativo.

Parágrafo único — Excetuados os órgãos da administração direta, todos os demais sujeitarão ao pagamento dos emolumentos devidos pela avaliação.

Art. 38 — São competentes para fazer avaliações:

I - Os Avaliadores de Imóveis, em todo o território estadual;

II - Os Avaliadores-Auxiliares na área de sua jurisdição;

III - O Chefe da AGENFA onde não tenha sido nomeado Avaliador-Auxiliar ou, na ausência deste, quando credenciado pelo Diretor Geral do INAI, devidos, porém, pelo querente os emolumentos correspondentes à avaliação, e o seu recolhimento pelo servidor à Tesouraria do Instituto.

Art. 39 — Não se receberá o Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis e de direitos a eles relativos, sem a apresentação de laudo de avaliação do INAI, observada, porém, a legislação pertinente à avaliação judicial.

Parágrafo único — A autoridade arrecadadora do ITBI poderá impugnar a avaliação que considerar inferior ao valor venal do imóvel, comunicando logo o fato ao Diretor do INAI que, de imediato, designará uma comissão composta de 3 (três) Avaliadores, para elaboração de novo laudo, cabendo ao Diretor Geral a decisão final.

Art. 40 — Os interessados em avaliações, tributáveis ou não, poderão recorrer do laudo de avaliação, antes do pagamento dos emolumentos, mediante o recolhimento de uma taxa fixada anualmente pelo Diretor Geral, observadas as normas estabelecidas pelo regimento interno, e tornada pública mediante Portaria.

Seção III Dos Emolumentos

Art. 41 — Os emolumentos serão devidos em todas as avaliações feitas pelo INAI, respeitadas as exceções legais.

Art. 42 — Os emolumentos serão cobrados de acordo com as alíquotas fixadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 — O laudo de avaliação será entregue às partes mediante prévio pagamento dos emolumentos.

CAPÍTULO IX Das Disposições Gerais

Art. 44 — Os servidores do INAI serão regidos pela legislação das Leis do Trabalho, ressalvadas as exceções estabelecidas pelos Decretos no. 830, de 20 de fevereiro de 1976 e 962, de 8 de julho de 1976.

Parágrafo único — O tempo de serviço dos antigos servidores da Bolsa Oficial de Imóveis do Estado, aproveitados por força dos Decretos no. 830, de 20/02/76, e no. 962, de 8/07/76, é contado, para todos os efeitos, a partir de 1o. de janeiro de 1969.

Art. 45 — As tarefas dos Avaliadores de Imóveis serão distribuídas proporcionalmente e equitativamente, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento Interno.

Art. 46 — Ficam revogados os seguintes Decretos:

I - o de no. 830, de 20 de fevereiro de 1976, excetuados os artigos 19, acrescido de redação dada pelo Decreto no. 962, de 08.07.76, e 20 e 21, alterado pelo Decreto no. 1.309, de 10.10.77;

II - o Decreto no. 962, de 08 de julho de 1976, ressalvado o disposto nos artigos 5o. e 6o.;

III - o Decreto no. 1.155, de 21 de dezembro de 1976, com exclusão do disposto em seus artigos 2o., 3o. e 4o.

Art. 47 — O Parágrafo único do art. 1o. do Decreto no. 1.156, de 21 de dezembro de 1976, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único — O valor de cada laudo de avaliação em nenhum caso será inferior a Cr\$ 70,00 (setenta cruzeiros)”. (.)

Art. 48 — À medida que for ocorrendo vacância dos cargos de Avaliador de Imóveis, serão declarados extintos até que o seu quantitativo seja reduzido ao número de 36 (trinta e seis).

Art. 49 — O Diretor Geral do INAI baixará o regimento interno do Instituto de Avaliação de Imóveis do Estado de Goiás - INAI, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação do presente Regulamento.

Art. 40 — Os interessados em avaliações, tributáveis ou não, poderão recorrer do laudo de avaliação, antes do pagamento dos emolumentos, mediante o recolhimento de uma taxa fixada anualmente pelo Diretor Geral, observadas as normas estabelecidas pelo regimento interno, e tornada pública mediante Portaria.

Seção III Dos Emolumentos

Art. 41 — Os emolumentos serão devidos em todas as avaliações feitas pelo INAI, respeitadas as exceções legais.

Art. 42 — Os emolumentos serão cobrados de acordo com as alíquotas fixadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 — O laudo de avaliação será entregue às partes mediante prévio pagamento dos emolumentos.

CAPÍTULO IX Das Disposições Gerais

Art. 44 — Os servidores do INAI serão regidos pela legislação das Leis do Trabalho, ressalvadas as exceções estabelecidas pelos Decretos no. 830, de 20 de fevereiro de 1976 e no. 962, de 8 de julho de 1976.

Parágrafo único — O tempo de serviço dos antigos servidores da Bolsa Oficial de Imóveis do Estado, aproveitados por força dos Decretos no. 830, de 20/02/76, e no. 962, de 8/07/76, é contado, para todos os efeitos, a partir de 1o. de janeiro de 1969.

Art. 45 — As tarefas dos Avaliadores de Imóveis serão distribuídas proporcionalmente e equitativamente, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento Interno.

Art. 46 — Ficam revogados os seguintes Decretos:

I - o de no. 830, de 20 de fevereiro de 1976, excetuados os artigos 19, acrescido de redação dada pelo Decreto no. 962, de 08.07.76, e 20 e 21, alterado pelo Decreto no. 1.309, de 10.10.77;

II - o Decreto no. 962, de 08 de julho de 1976, ressalvado o disposto nos artigos 5o. e 6o.;

III - o Decreto no. 1.155, de 21 de dezembro de 1976, com exclusão do disposto em seus artigos 2o., 3o. e 4o.

Art. 47 — O Parágrafo único do art. 1o. do Decreto no. 1.156, de 21 de dezembro de 1976, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único — O valor de cada laudo de avaliação em nenhum caso será inferior a Cr\$ 70,00 (setenta cruzeiros)”. (.)

Art. 48 — À medida que for ocorrendo vacância dos cargos de Avaliador de Imóveis serão declarados extintos até que o seu quantitativo seja reduzido ao número de 36 (trinta e seis).

Art. 49 — O Diretor Geral do INAI baixará o regimento interno do Instituto de Avaliação de Imóveis do Estado de Goiás - INAI, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação do presente Regulamento.